

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 912.925 MARANHÃO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO
MARANHÃO
RECDO.(A/S) : CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES E
OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DORIANA DOS SANTOS CAMELLO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
ADMINISTRATIVO. REVISÃO GERAL
ANUAL: NATUREZA JURÍDICA. LEI
ESTADUAL N. 8.369/2006. SÚMULA N. 280
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
AUSÊNCIA DE OFENSA
CONSTITUCIONAL DIRETA. AUSÊNCIA
DE REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO
EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA
SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Maranhão:

*“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. REAJUSTE
DIFERENCIADO DAS REMUNERAÇÕES E VENCIMENTOS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. LEI ESTADUAL N.
8.369/2006. VIOLAÇÃO AO INCISO X, DO ART. 37, DA CF.
PRECEDENTES DO STF. CONCESSÃO DO REAJUSTE DE
21,7%. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N.
339 DO STF. REFORMA QUE IMPÕE.*

I. A Lei Estadual nº 8.369/2006 possui natureza de revisão geral

RE 912925 / MA

anual, restando incontestado a previsão de reajustes diferenciados entre os servidores públicos estaduais, o que representa patente transgressão ao princípio da isonomia. Inteligência do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal. Precedentes do STF.

II. Estabelecido o reajuste no percentual de 8,3% (oito vírgula três por cento) e 30% (trinta por cento) para categoria distinta, configurada a inconstitucionalidade, razão pela qual os apelantes fazem jus ao reajuste de 21,7% (vinte e um vírgula sete por cento).

III. Face ao reconhecimento, pelo Poder Judiciário, de equívoco praticado pelo Poder Executivo na concessão de reajustes, inaplicável à espécie a Súmula 339 do STF.

IV. Recurso conhecido e provido” (doc. 3).

2. O Recorrente alega contrariados os arts. 2º, 37, inc. X, e 169 da Constituição da República, asseverando que, “*uma vez (...) excluídos vários grupos de servidores, forçoso é reconhecer que a Lei Estadual n. 8.369/2006 não tratou de revisão geral face à ausência do requisito generalidade*” (doc. 3).

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

4. No julgamento eletrônico do Recurso Extraordinário com Agravo n. 871.499, Relator o Ministro Teori Zavascki, este Supremo Tribunal concluiu sem repercussão geral a controvérsia sobre a natureza jurídica do aumento remuneratório conferido pela Lei n. 8.369/2006 do Maranhão (Tema n. 804), por não se tratar de matéria constitucional:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDORES PÚBLICOS. ESTADO DO MARANHÃO. REAJUSTE CONCEDIDO PELO ART. 4º DA LEI ESTADUAL 8.369/06. NATUREZA DE REVISÃO GERAL ANUAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à natureza do reajuste concedido pelo art. 4º da Lei Estadual 8.369/06, se de revisão

RE 912925 / MA

geral anual ou não, é de caráter infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC” (DJe 20.4.2015).

Declarada a ausência de repercussão geral, os recursos extraordinários e agravos nos quais suscitada a mesma questão constitucional devem ter o seguimento negado pelos respectivos relatores, conforme o art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Nada há a prover quanto às alegações do Recorrente.

5. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 2 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora